

## HOME PAGE

Marilene Alves

Depois das críticas à demora na preparação do novo quadro comunitário, Nelson de Souza revela que o PT 2030 já está a andar, que terá uma gestão mais descentralizada e que reserva 6 mil milhões de euros para as empresas.

# PT 2030 já em andamento chega aos parceiros em setembro



Em entrevista ao Negócios, a publicar na quinta-feira, Nelson de Souza garante que o PT 2030 não está esquecido.

DAVID SANTIAGO

dsantiago@negocios.pt

DIANA RAMOS

dianaramos@negocios.pt

O Governo não negligenciou a preparação do próximo orçamento de longo prazo da União Europeia que, pelo contrário, está em andamento, sabendo-se já que o Portugal 2030 (que operacionaliza os cerca de 24 mil milhões de euros que o país irá receber no âmbito do novo quadro financeiro plurianual, QFP 2021-27) terá uma gestão mais descentralizada e reservará 6 mil milhões de euros para apoiar o tecido empresarial. Estas foram garantias dadas por Nelson de Souza, ministro do Planeamento, em entrevista ao Negócios.

No seu habitual espaço de comentário dominical na SIC, Marques Mendes elogiou a “boa ideia” do Governo em “acelerar a bazuca”, porém criticou “uma falha grave”: o PT 2030 “está atrasado”. Em junho, também em entrevista ao Negócios, a comissária da Coesão e Reformas, Elisa Ferreira, alertava no mesmo sentido ao defender que “Portugal concentrou-se no Plano de Recuperação e Resiliência, mas não pode descurar o orçamento” da UE.

Todavia, o governante responsável pela gestão dos fundos europeus, e que é também o ministro coordenador do PRR, rejeita tais

críticas. Em primeiro porque o Executivo trabalha com base na “estratégia 2030”, a qual visa responder aos desafios da próxima década, e não coloca “os instrumentos de financiamento à frente dessa estratégia”.

“Dissemos que a nossa prioridade principal era ter o PRR disponível e as metas mais ou menos fixadas. Comprometi-me com timings [para o PT 2030] logo no início do ano e disse que, antes do final de 2021, os primeiros concursos seriam abertos”, acrescenta.

“

**Vão ser [as CCDR a] preparar as propostas para os programas operacionais regionais.**

**NELSON DE SOUZA**  
Ministro do Planeamento

Nelson de Souza lembra também que o Conselho de Ministros de 29 de julho, ainda que uma semana depois do previsto, aprovou a “macroprogramação do PT 2030”, porém recorda que os quatro pilares dessa estratégia já haviam sido definidos, bem como o número de programas e quais desses são regionais e quais são temáticos. No entanto, essa reunião do Governo serviu também, por exemplo, para decidir “como é que se organizam e distribuem os grandes pacotes ou como são

cumpridas as concentrações temáticas exigidas pela regulamentação comunitária”.

Em setembro, o documento preliminar já existente será alvo de debate com os parceiros sociais, ficando para depois das autárquicas a fase de discussão pública a fim concluir os “programas operacionais algures em finais de outubro, meados de novembro”. Pelo meio, o Governo aponta a ter o Acordo de Parceria pronto para ser remetido à Comissão Europeia “no final de setembro”.

Mesmo sem querer descortinar o PT 2030 antes de dialogar em sede de concertação social, Nelson de Souza adiantou que as empresas, além dos 5,4 mil milhões de euros de apoios diretos previstos no PRR, poderão contar com 6 mil milhões de apoios no próximo orçamento de longo prazo da União. Dessa verba, 5 mil milhões são, “grosso modo, para continuar os apoios de que as empresas beneficiam no PT 2020”. Mas como o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) obriga à alocação de 30% dos respetivos meios à transição climática, o Governo vai destinar “mil milhões de euros em incentivos às empresas, não só incentivos à transição energética mas também à descarbonização”.

## PT 2030 com gestão descentralizada

Dado o caráter extraordinário do PRR, que tem de ser executado até 2026, razão pela qual se privilegia uma gestão centralizada, “o modelo de governação do PT 2030 não vai ser igual ao do PRR”.

Assim, e em paralelo ao processo de descentralização de competências para níveis regionais e locais, a governação do PT 2030 “terá de diferenciar para garantir muito maior autonomia na gestão dos programas operacionais regionais”. “Muito maior autonomia quer dizer isso mesmo. Os programas vão ser, com base neste conjunto de macrodecisões aprovadas em Conselho de Ministros, elaborados pelas comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR), respeitando os princípios gerais. Vão ser elas que vão preparar, com base nas suas opções, as propostas para os programas operacionais regionais”, precisa o ministro.

Isto significa que as CCDR terão capacidade para definirem o destino a dar às verbas referentes aos programas regionais. ■